



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Avenida Roraima 1000, Prédio 22 - Bairro Camobi, Santa Maria/RS, CEP 97105-900
- <http://husm-ufsm.ebserh.gov.br>

EDITAL - SEI Nº 108/2020/2021

Processo nº 23541.001089/2020-61

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 108/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 23541.001089/2020-61

DATA SESSÃO PÚBLICA: 10/02/2021

HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: 09:00 horas (Horário de Brasília)

LOCAL: www.gov.br/compras

UASG Gerenciadora: 155125

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEERH, filial Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM), sediado(a) na Av. Roraima, 1000, Prédio 22, Campus Universitário – Bairro Camobi – Santa Maria, RS, Brasil - CEP: 97105-900, CNPJ 15.126.437/0019-72, UG 155125, na pessoa do Agente de Licitação designado pela Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR GRUPO** sob a modalidade de Sistema de Registro de Preços, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pelo setor jurídico desta filial.

Este procedimento licitatório obedecerá ao disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, na Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSEERH, de 13 de setembro de 2019, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de **SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA COMO DEMOLIÇÃO, CONSERTO, INSTALAÇÃO, ADAPTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE REFERENTES A SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL NO AMBIENTE HOSPITALAR INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.*

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3. que não tenham no estatuto ou contrato social o objeto desta Licitação;
- 4.3.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 19 do RLCE, quais sejam:
 - 4.3.5.1. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;
 - 4.3.5.2. suspensão pela Ebserh;
 - 4.3.5.3. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - 4.3.5.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 4.3.5.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - 4.3.5.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 4.3.5.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - 4.3.5.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
 - 4.3.5.9. pessoas elencadas no subitem 4.3.5.1, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios, na condição de Licitante;
 - 4.3.5.10. empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;
 - 4.3.5.11. quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - 4.3.5.11.1. integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;
 - 4.3.5.11.2. empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela Licitação ou contratação;
 - 4.3.5.11.3. autoridade do Ministério da Educação;
 - 4.3.5.11.4. autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.
 - 4.3.5.12. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.
- 4.3.6. que estejam sob falência, *recuperação judicial ou extrajudicial*, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.7. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.8. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.9. *sociedades cooperativas*.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição da República;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.6. É vedada a participação direta ou indireta nas licitações relativas a obras e serviços de engenharia:

I - De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o Anteprojeto de engenharia ou o projeto básico da licitação;

II - De pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do Anteprojeto de engenharia ou do projeto básico da licitação;

III - De pessoa jurídica da qual o autor do Anteprojeto de engenharia ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

4.6.1. A vedação do caput não se aplica aos seguintes casos:

a) Manifestação de interesse privado, respeitado o disposto no art. 83 e seguintes;

b) Participação da pessoa física e das pessoas jurídicas de que tratam os incisos II e III em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Ebserh.

4.6.2. Considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários, bem como a participação de empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados para a Ebserh no curso da licitação.

4.7. O licitante deve declarar se é ou possui em seu quadro de administração pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da Ebserh, conforme modelo constante no **ANEXO III: Declaração da política de transações com partes relacionadas da EBSE RH** deste Edital.

5. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

5.1. Até 5 (*cinco*) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital.

5.2. Caberá ao Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 3 (*três*) dias úteis.

5.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail pregoes.husm@ufsm.br, ou por escrito, à Unidade de Licitações ou ao Serviço de Licitações, no endereço constante do cabeçalho do Edital, no horário das 8:00 12:00 e 13:00 17:00.

5.4. Quando a impugnação ou esclarecimento for enviado ao Agente de Licitação da Ebserh, exclusivamente *por escrito* ou em formato digital não editável, ele também deverá ser enviado em mídia (CD, DVD, etc) nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF (.pdf), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal.

5.5. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após os prazos previstos no subitem 5.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 5.4 deste Edital.

5.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

5.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Licitação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. *valor unitário e total do item;*

7.1.2. marca;

7.1.3. fabricante;

7.1.4. descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do Termo de Referência.

7.2. Para cada item, o Licitante deverá cotar, no mínimo, 100% do seu quantitativo total.

7.3. *Quando dois ou mais itens compuserem um grupo, torna-se obrigatória a cotação para todos os itens que o compõem.*

7.4. Na descrição complementar da proposta não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o Licitante.

7.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (*noventa*) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9. *O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.*

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição da República; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Agente de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Licitação e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. *O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item.*

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. *O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1 (um) por cento.*

8.9. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

8.10. *A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.*

8.11. *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

8.12. *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.*

8.13. *Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Licitação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.*

8.14. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Agente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Licitação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances finais da fase fechada, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 36 do Decreto nº 10.024/2019, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.26.1. no país;

8.26.2. por empresas brasileiras;

8.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.28. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Licitação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.29.2. O Agente de Licitação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.30. Após a negociação do preço, o Agente de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 7º e no § 9º do artigo 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no artigo 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no artigo 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1.455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. O Agente de Licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.1. É facultado ao Agente de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Licitação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Licitação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. O Agente de Licitação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Licitação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Licitação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Licitação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme artigo 43, § 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado os documentos de habilitação que constem do SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.8. Habilitação jurídica:

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7. *No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do artigo 4º, § 2º, do Decreto nº 7.775, de 2012.*

10.8.8. *No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).*

10.8.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

10.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.9.9. Deverá ser apresentada documentação comprobatória de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira:

10.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.10.2.1. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (artigo 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatutocial. 10.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

- $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
- $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
- $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

10.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

10.11. Qualificação Técnica:

10.11.1. Declaração de visita (ou não visita) técnica, conforme ANEXOS VI ou VII **PARA TODOS OS GRUPOS**.

10.11.2. Documentação Técnica Específica, obrigatória somente para o **GRUPO II: CONSTRUÇÃO CIVIL – REFORMAS**:

A) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, do engenheiro civil responsável, comprovando que este efetuou projetos estruturais ou laudos estruturais cuja soma das áreas projetadas ou laudadas seja de, no mínimo, 1000 m² de área física.

B) Certidão de registro no CAU.

10.11.3. Documentação Técnica Específica, obrigatória somente para os **GRUPOS I, II e III**:

A) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física expedida pelo CREA do engenheiro civil responsável, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada

10.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.19. *O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*

10.19.1. *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.*

10.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) hora, a contar da solicitação do Agente de Licitação no sistema eletrônico e deverá:*

11.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

11.1.2. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

11.2. *A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*

11.2.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a contratada.*

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Licitação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Agente de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, facsímile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Licitação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. *Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.*

16. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. *Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.*

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. *Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.*

17.2. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*

17.3. *O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.*

17.4. *Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*

17.4.1. *Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.*

18. REAJUSTAMENTO

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da contratante e da contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.1.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

22.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

22.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

22.1.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;

22.1.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

22.1.8. não mantiver a proposta;

22.1.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer

momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, à suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Ebserh, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

22.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na Ebserh.

23.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a *EBSERH/HUSM-UFSM* poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 111, §1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

22.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 117, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

22.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à *EBSERH/HUSM-UFSM*, observado o princípio da proporcionalidade.

22.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de que trata a Lei nº 12.846/2013 e no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

22.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. *Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.*

23.2. *A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.*

23.3. *Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.*

23.4. *Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.*

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www2.ebserh.gov.br/web/husm-ufsm/informacoes/licitacoes-e-contratacoes/licitacoes> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Roraima, 1000 - Prédio 26E - 2º andar - Unidade de Licitações - Santa Maria RS, nos dias úteis, no horário das 8:00 12:00 horas às 13:00 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- **ANEXO I:** Minuta da Ata de Registro de Preços
- **ANEXO II:** Formulário de Informações da Licitante
- **ANEXO III:** Declaração da política de transações com partes relacionadas da EBSERH
- **ANEXO IV:** Termo de Referência
- **ANEXO V:** REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO PACIENTE (SSP) PARA ATUAÇÃO DE TERCEIRIZADOS OU CONTRATADOS.
- **ANEXO VI:** Modelo de Declaração de Visita Técnica.
- **ANEXO VII:** Modelo de Declaração de Não Visita Técnica.

.....,de de

Assinatura da autoridade competente

Cargo



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Verena Resener, Superintendente**, em 15/01/2021, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11350493** e o código CRC **8A051776**.

ANEXO I – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

A **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, filial Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM)**, sediado(a) na Av. Roraima, 1000, Prédio 22, Campus Universitário – Bairro Camobi – Santa Maria, RS, Brasil - CEP: 97105-900, CNPJ 15.126.437/0019-72, UG 155125, neste ato representada por sua Superintendente **ELAINE VERENA RESENER**, portadora do RG nº 1028097531 SSP/RS e CPF nº 243.681.640-91, nomeada pela Portaria nº 30, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 4 de fevereiro de 2014 **OU** por seu Superintendente Substituto **JOÃO BATISTA DE VASCONCELLOS**, portador do RG nº 1036657581 SSP/RS e CPF nº 560.670.110-34, nomeado pela Portaria nº 754, de 16 de setembro de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 56, 22 de setembro de 2014 e por seu Gerente Administrativo **JOÃO BATISTA DE VASCONCELLOS**, portador do RG nº 1036657581 SSP/RS e CPF nº 560.670.110-34, nomeado pela Portaria nº 117, de 19 de março de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 32, de 20 de março de 2014 **OU** sua Gerente de Atenção à Saúde **SOELI TERESINHA GUERRA**, portadora do RG nº 7017223335 SSP/RS e CPF nº 345.866.280-49, nomeada pela Portaria nº 223, de 22 de abril de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 37, de 05 de maio de 2014, ambos no uso das atribuições conferidas pelo *artigo 58, inciso IV, do Estatuto Social Ou artigo 20 da Portaria- SEI nº 8/2019*, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº, publicada no de, processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA COMO DEMOLIÇÃO, CONSERTO, INSTALAÇÃO, ADAPTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE REFERENTES A SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL NO AMBIENTE HOSPITALAR INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº**

108/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (DOZE) MESES**.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e

5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto nº 7.892/2013.

7.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes*.

Local e data

NOME <i>Presidente / Superintendente - Ebserh</i>	
NOME <i>Diretor / Gerente - Ebserh</i>	
	FORNECEDOR Cargo / Representante Legal

ANEXO A da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CADASTRO DE RESERVA

RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

Fornecedor 1.

Fornecedor 2.

Fornecedor 4.

Fornecedor 4.

ANEXO II: Formulário de Informações da Licitante

No. do Pregão Eletrônico: 108/2020

Prezado(a) Licitante.

Pedimos que preencha as informações solicitadas abaixo para facilitar o processo de elaboração de eventuais **Atas de Registro de Preços**, assim como para a construção e manutenção de uma base de dados cadastrais das empresas licitantes participantes dos Pregões do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM).

Enviar as informações por email para pregoes.husm@ufsm.br

Nome da Empresa: ...

CNPJ: ...

Endereço (completo e atualizado): ...

CEP: ...

Cidade: ...

Estado: ...

Telefone (atualizado): ...

E-mail p/ Licitações (atualizado ...

Nome do Representante Legal* : ...

CPF: ...

RG: ...

* Nome da pessoa responsável pela assinatura de eventuais Atas de Registro de Preço e/ou Contratos.

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

Nº. Código do Banco: ...

Nome do Banco: ...

Nº. Agência Bancária: ...

Nome da Agência Bancária: ...

ANEXO III: DECLARAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH

POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSEH

Em atenção ao art.15, parágrafo único da **POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS DA EBSE RH**, a fim de afastar interesses secundários, declaro que essa empresa não possui em seu quadro de administração, pessoa com influência relevante ou envolvida em decisão de interesse exclusivo da EBSE RH. Segue abaixo quadro com relação de administradores da empresa:

Nome do Administrador	CPF

DADOS DA EMPRESA:

Nome: ...

Endereço: ...

CEP: ...

Telefone: ...

E-mail: ...

CNPJ: ...

Local e Data**ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 108/2020****PROCESSO Nº 23541.001089/2020-61****1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:**

1.1. Esta licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA COMO DEMOLIÇÃO, CONSERTO, INSTALAÇÃO, ADAPTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE REFERENTES A SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL NO AMBIENTE HOSPITALAR INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA (HUSM-UFSM)**, constantes na tabela especificada ao final deste Termo de Referência, que faz parte do **Edital de Pregão nº 108/2020**.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A necessidade da contratação dos serviços é em razão da necessidade de o HUSM-UFSM dispor de soluções para os problemas de manutenção em suas instalações e para as demandas de pequenas adequações em sua área física, que não possam ser atendidos com os próprios recursos da instituição. Os serviços previstos nesse termo de referência serão utilizados somente quando a instituição não tiver capacidade de atender às demandas internas. Por exemplo, se houver a necessidade de adequação de uma área física que requeira um grande número de serviços de engenharia, gerando a necessidade de que vários funcionários de diferentes especialidades (hidráulica, construção civil, pintura, elétrica) se envolvam nessa mesma demanda dessa área física, então, para realizar uma boa gestão dos recursos humanos disponíveis e não deixar que muitas outras demandas de outras unidades do HUSM-UFSM fiquem sem possibilidade de manutenção devido a esse envolvimento, é necessário atender a essa demanda, de porte maior que o convencional, através de uma contratada que disponha de suficientes recursos materiais e humanos para atendê-la;

2.1.1. Também há situações em que os setores precisam ter suas divisões reorganizadas. Frequentemente as notificações da Vigilância Sanitária resultam subdivisões para adequar determinadas áreas às normas hospitalares, por exemplo, o Setor de Higiene e Limpeza (SHL) teve uma subdivisão acrescentada ao seu layout, permitindo que os materiais sejam armazenados separadamente, conforme exige a norma.

2.1.2. Outro ponto que também estará contemplado por esse processo é a substituição de trechos de instalações que já ultrapassaram a sua vida útil, exigindo manutenções corretivas periódicas, acarretando em gastos que não se justificam considerando o estado de conservação dos mesmas, motivo pelo qual devemos fazer a substituição.

2.2. Para julgamento e classificação das propostas será(ão) adotado(s) o(s) critério(s) de **MENOR PREÇO POR GRUPO**, observados as especificações constantes neste Termo de Referência.

2.3. Quanto à utilização da modalidade Registro de Preços, o objeto em questão se enquadra na hipótese II do art. 3º do Decreto nº. 7.892/13, visto que em se tratando de bens ou serviços a serem adquiridos/contratados de forma parcelada, e não necessariamente de forma imediata, onde o fornecedor disponibiliza os bens e serviços a preços e prazos registrados em Ata específica e que, a aquisição ou contratação é feita quando melhor convier à Administração e outras entidades que integram a Ata, é recomendada a adoção da modalidade de Sistema de Registro de Preços.

2.4. A natureza dos bens a serem contratados é comum, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520, de 2002.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO:

3.1. A contratação, objeto deste Termo de Referência, dar-se-á por meio de seleção de proposta, via Sistema de Registro de Preços – SRP, na modalidade Pregão na forma eletrônica, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decretos nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, aplicando-se as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH.

4. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA

4.1. Será firmado instrumento contratual (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) sobre o objeto do presente Termo de Referência, com vigência de **12 (DOZE) MESES** a partir da data de sua assinatura, conforme dispõe o art. 12 do Decreto nº 7.892/2013.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.*

6. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO

6.1 CRITÉRIOS GERAIS PARA A ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **menor Preço por Grupo para os itens constantes nos seguintes grupos:**

Grupo I – CONSTRUÇÃO CIVIL – COBERTURAS – Itens 01 ao 09 do Termo de Referência.

Grupo II – CONSTRUÇÃO CIVIL – REFORMAS – Itens 10 ao 92 do Termo de Referência.

Grupo II – CONSTRUÇÃO CIVIL – MANUTENÇÃO DE REDES EXTERNAS DE ESGOTO SANITÁRIO E PLUVIAL – Itens 93 ao 110 do Termo de Referência.

Grupo IV – TRANSPORTE DE RESÍDUOS CARACTERÍSTICOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL – Itens 111 e 112 do Termo de Referência.

6.2. CRITÉRIO GERAIS PARA A HABILITAÇÃO

6.2.1. As **Visitas Técnicas** ao local de execução do Objeto deste Edital terão caráter **FACULTATIVO**, sendo a data limite para tal visita técnica a **véspera da abertura do pregão eletrônico (no término do expediente do dia 09/02/2021) no horário das 8h às 17h.**

6.2.1.1. A empresa poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições funcionais e do grau de dificuldade existente, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento de horário junto ao Setor de Infraestrutura. A visita técnica deverá ser agendada pelo telefone (55) 3213-1673.

6.2.1.2. A realização de vistoria é opcional e serve para o conhecimento das eventuais dificuldades na execução dos serviços e, caso a contratada desconsidere tal necessidade, não poderá alegar o desconhecimento do grau de dificuldade existente como justificativa para recusar-se a assinar o contrato ou eximir-se das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto.

6.2.1.3. Para o licitante que optar por realizar a visita técnica será emitida uma declaração de visita a qual deverá ser devidamente assinada pelo responsável do HUSM-UFSM e pela licitante (conforme modelo constante no **ANEXO VI**). Esta declaração devidamente preenchida e assinada deverá ser enviada, durante a fase de habilitação, através do e-mail pregoes.husm@ufsm.br.

6.2.2. As empresas deverão comprovar a qualificação técnica mediante a apresentação dos documentos elencados neste subitem. Nos termos do Decreto 10.024/2019, os documentos de habilitação deverão ser anexados ao sistema juntamente com a proposta.

6.2.2.1. Declaração de visita (ou não visita) técnica, conforme ANEXOS VI ou VII **PARA TODOS OS GRUPOS.**

6.2.2.2. Documentação Técnica Específica, obrigatória somente para o **GRUPO II: CONSTRUÇÃO CIVIL – REFORMAS:**

A) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, do engenheiro civil responsável, comprovando que este efetuou projetos estruturais ou laudos estruturais cuja soma das áreas projetadas ou laudadas seja de, no mínimo, 1000 m² de área física.

B) Certidão de registro no CAU.

6.2.2.3. Documentação Técnica Específica, obrigatória somente para os **GRUPOS I, II e III**:

A) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física expedida pelo CREA do engenheiro civil responsável, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Edital do Pregão 108/2020** e seus anexos.

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, se o objeto entregue/prestado pela Contratada está de acordo com as especificações constantes do Edital e na proposta, para fins de aceitação e/ou recebimento definitivo.

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no **Edital do Pregão 108/2020** e seus anexos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.3. A CONTRATANTE deverá fornecer a água, energia elétrica, sendo que as extensões até o ponto de uso serão de responsabilidade da empresa contratada.

7.4. A CONTRATANTE deverá permitir livre acesso às instalações aos empregados da CONTRATADA em serviço.

7.5. A CONTRATANTE deverá exigir, fiscalizar e garantir que os serviços executados estejam em acordo com as normas técnicas vigentes, cumprindo o disposto neste Termo de Referência;

7.6. A CONTRATANTE deverá conferir as Notas Fiscais e, se em conformidade com o executado, atestar a prestação dos serviços;

7.7. A CONTRATANTE deverá devolver à CONTRATADA as Notas Fiscais em que se verificarem inconformidade para as devidas correções;

7.8. A CONTRATANTE deverá inspecionar as atividades e os materiais utilizados pela CONTRATADA para execução dos serviços.

7.9. A CONTRATANTE deverá realizar, se solicitado pela contratada, uma atividade de capacitação para elaboração de diagrama PERT CPM. A capacitação será desenvolvida dentro do HUSM-UFSM na data e horário definidos pela fiscalização, e formalizados via e-mail.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no **Edital do Pregão 108/2020**, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.1.1. A Contratada deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade (conforme o caso).

8.1.2. A Contratada deverá reparar possíveis defeitos nos produtos verificados dentro do prazo de validade/garantia, contados a partir do primeiro dia útil após o aceite dos mesmos, quando for o caso.

8.1.3. A Contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.1.4. A Contratada deverá comunicar à Contratante os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução do objeto.

8.1.5. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.1.6. A Contratada deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, quando for o caso.

8.2. A contratada deverá disponibilizar um endereço de e-mail para comunicação formal com a contratante. Esse e-mail será de suma importância para o relacionamento com o HUSM-UFSM, pois será utilizado para envio de notas de empenho, de diagramas PERT CPM e para contagem de prazos contratuais.

8.3. A licitante vencedora deverá prestar assistência técnica e administrativa e deverá ser representada por um técnico ou preposto de acordo com a seguinte classificação:

- Grupo 1 – Serviços de engenharia na cobertura – Engenheiro Civil ou Engenheiro Mecânico;
- Grupo 2 – Serviços de engenharia em pequenas reformas – Arquiteto ou Engenheiro Civil;
- Grupo 3 – Serviços de engenharia em redes externas de esgoto sanitário e pluvial – Engenheiro Civil ou Engenheiro Sanitarista e Ambiental;
- Grupo 4 - Serviços de engenharia para transporte de resíduos característicos da construção civil – Preposto da empresa;

8.3.1. Independentemente do grupo, o técnico ou preposto da empresa deve manter também contato do SESMT para assuntos relacionados a saúde e segurança do trabalho.

8.4. É oportuno informar que a assistência técnica consiste, basicamente, em verificar se os serviços executados estão seguindo as normas técnicas brasileiras, em especial, NBR 7200/1998, NBR 6118/2014, NBR 14931/2004, NBR 8160/1999, NBR 5626/2020, NBR 8800/2008 e NBR 10844/1989. Já a assistência administrativa é caracterizada pela gerência de toda documentação administrativa envolvida na execução de cada empenho, abrangendo tanto a parte de controle contábil, financeiro dos serviços previstos na nota de empenho (contrato) quanto a parte relacionada aos documentos exigidos pela área de segurança do trabalho.

8.5. Para os grupos 1, 2, e 3; a contratada fica obrigada a enviar, no primeiro contato com a instituição, após emissão de cada nota de empenho, o profissional exigido no item 5.8, o qual deve vir até o HUSM-UFSM, avaliar e levantar a demanda a ser atendida dentro de uma perspectiva técnica, visto que os serviços dos referidos grupos envolvem maiores riscos de serem realizados de forma não satisfatória, por estarem submetidos a um maior controle de legislações, normas técnicas e, porque, geralmente, o serviço requer, além do conhecimento técnico do profissional da contratada, o mínimo de conhecimento técnico de outras áreas, que pode ser adquirido juntos aos profissionais do HUSM-UFSM em cada situação na vigência do

registro de preços, para entender como a prestação do serviço requisitado pode interferir nas instalações existentes no HUSM-UFSM. Por exemplo, a manutenção de uma rede de esgoto pode requerer a escavação de uma determinada área no âmbito do HUSM-UFSM. Esse serviço de escavação, para encontrar uma rede de esgoto a ser substituída (por exemplo), possui o risco inerente de que uma instalação elétrica enterrada seja afetada. Esta instalação elétrica, se danificada, pode afetar o fornecimento de energia para o hospital, ocasionar acidente de trabalho entre outros riscos envolvidos. Assim, essa é uma situação típica onde a contratada deve utilizar o seu profissional técnico para auxiliar no planejamento, avaliação e levantamento dos serviços a serem realizados, junto aos profissionais técnicos da instituição.

8.6. Para o grupo 4, a contratada fica obrigada a enviar, no primeiro contato com a instituição, após emissão de cada nota de empenho, o preposto da empresa. Para cada carga de resíduos recolhida, a contratada deve enviar, via e-mail, a CTR referente à carga recolhida.

8.7. Após todo o serviço executado a empresa deverá entregar o local limpo, isento de poeira e entulhos e executar a limpeza “fina” para possibilitar o uso do local. A empresa deverá ser responsável pela retirada de todo entulho gerado nos serviços devendo colocá-lo no contêiner indicado pela fiscalização.

8.8. São de responsabilidade da contratada, os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços pela Administração não excluem ou reduzem essa responsabilidade. A empresa contratada deve facilitar a fiscalização, permitir amplo acesso ao objeto em execução e atender prontamente às solicitações da Administração.

8.9. A contratada deverá transportar seus funcionários, ferramentas e equipamentos, para o local de serviço, observando as recomendações do item 2.14, do **ANEXO V: REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO PACIENTE (SSP) PARA ATUAÇÃO DE TERCEIRIZADOS OU CONTRATADOS**.

8.10. Fica expressamente proibido à contratada solicitar empréstimo de ferramentas ou equipamentos (ex.: escadas ou andaimes) aos funcionários do setor de manutenção da contratante, devido ao alto risco de incorrer em situações de extravio de pertences do poder público.

8.11. Fica expressamente proibido à contratada solicitar auxílio da mão-de-obra dos funcionários do setor de manutenção da contratante, devido ao alto risco de incorrer em situações em que o HUSM-UFSM fica desatendido nas suas próprias demandas de manutenção.

8.12. A contratada deverá notificar a CONTRATANTE em qualquer momento da existência de ocorrências que venham a afetar a execução dos serviços contratados.

8.13. A contratada responsabiliza-se por qualquer atendimento médico, acidente ou mal súbito que venha ocorrer com seus empregados, observando o item 2.12 do **ANEXO V: REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO PACIENTE (SSP) PARA ATUAÇÃO DE TERCEIRIZADOS OU CONTRATADOS**.

8.14. A contratada deverá manter devidamente limpos os locais onde se realizarem os serviços.

8.15. A contratada deverá utilizar material de limpeza próprio, não podendo utilizar materiais de limpeza da contratante ou de suas demais terceirizadas, a não ser que a Administração, em caráter de excepcionalidade, o permita.

8.16. A contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela fiscalização do HUSM. Consideram-se serviços não aprovados aqueles que estiverem em desacordo com as normas técnicas brasileiras e as especificações constantes neste termo de referência;

8.17. A contratada responsabiliza-se em providenciar todo o ferramental, dispositivos e aparelhos adequados à perfeita execução dos serviços contratados, obedecendo os requisitos de saúde e segurança do trabalho e as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as NRs, 06, 09, 11, 12, 18, 33 e 35.

8.18. A contratada, vencedora de grupo que requer preposto com habilitação técnica, deverá apresentar Anotações de Responsabilidade Técnica (ART - CREA) com respectivo comprovante de pagamento para cada conjunto de serviços de cada nota de empenho emitida pelo HUSM-UFSM, válido somente para os grupos de itens que exigem cargo técnico.

8.19. Os funcionários da contratada devem utilizar uniformes identificados da empresa e crachás fornecidos pela empresa.

8.20. A contratada deve seguir rigorosamente as recomendações de saúde e segurança do trabalho conforme termo de aceite e **ANEXO V: REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO PACIENTE (SSP) PARA ATUAÇÃO DE TERCEIRIZADOS OU CONTRATADOS.**, constantes no anexo a este termo, não se limitando ao mesmo, se julgar necessário deverá adotar outras medidas de e saúde e segurança no trabalho de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, bem como as ABNTs NBRs aplicáveis

9. DAS CONDIÇÕES PARA A ENTREGA E O RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. Os serviços deverão ser executados no endereço abaixo.

Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM)

CNPJ: 15.126.437/0019-72, Av. Roraima, 1000, Hospital Universitário, CEP: 97105-900, Campus Universitário – Bairro Camobi – Santa Maria, RS – Brasil.

9.2. DOS PRAZOS:

9.2.1. O PRAZO para **INÍCIO DOS SERVIÇOS** é de **5 (CINCO) DIAS ÚTEIS** a partir do recebimento, pela empresa, da respectiva nota de empenho via e-mail e/ou fax.

9.2.2. O PRAZO para **CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS** é de **2 (DOIS) DIAS ÚTEIS** podendo ser prorrogado mediante apresentação de cronograma PERT CPM.

9.2.3. O PRAZO para **EVENTUAIS REPARAÇÕES** é de **2 (DOIS) DIAS ÚTEIS** podendo ser prorrogado mediante apresentação de cronograma PERT CPM.

9.2.4. Os prazos indicados deverão ser rigorosamente observado, sujeitando a licitante vencedora às cominações previstas no **Edital do Pregão 108/2020**.

9.3. Poderá ser solicitado, a critério da fiscalização, a execução parcial do quantitativo do empenho. Nesse caso, cada solicitação de execução parcial, enviada via e-mail, terá o prazo para início de 5 dias úteis, prazo para conclusão de 2 dias úteis e prazo para reparação de 2 dias úteis.

9.4. O prazo para responder a cada e-mail enviado pelo contratante é de 1 dia útil, iniciando a contagem, a partir do momento da hora de recebimento do e-mail pela contratada. Salienta-se que a hora de recebimento do e-mail pela contratada coincide com a hora de envio do e-mail pela contratante, exceto em situação excepcionais as quais os servidores de e-mail (SMTP, IMAP e POP3) não estejam funcionando adequadamente. Caso ocorra uma situação excepcional e seja de problema no servidor IMAP ou POP3 da contratada, cabe a contratada coletar 3 fotos da tela do computador, através da função “Print Screen” ou mesmo, através de fotos do celular, com intervalo mínimo de 2h entre as fotos, para comprovar que a ausência de resposta foi ocasionada por fatores alheios ao seu controle e não pela intenção de não prestar os serviços. Salienta-se também que se o e-mail não for recebido pela contratada por problemas do servidor SMTP da contratante, a contratante recebe um e-mail do próprio servidor, notificando que a mensagem não pode ser entregue no endereço eletrônico da contratada. Assim, caso a contratante não receba o e-mail notificando esse problema, presume-se que a contratada já recebeu o e-mail, e, assim esta só poderá alegar o não recebimento do e-mail caso comprove que o seu servidor IMAP ou POP3 não esteja funcionando adequadamente, com o procedimento das fotos anteriormente descrito. Faculta-se a contratada o direito de

disponibilizar 2 e-mails de servidores (domínios) diferentes para reduzir o risco de problemas técnicos com os seus próprios servidores

9.5. Por ocasião da entrega do(s) serviço(s) no Hospital Universitário de Santa Maria, seu recebimento será feito em caráter provisório. O aceite definitivo, com a liberação da nota fiscal para pagamento, está condicionado ao atendimento de todas as exigências contidas no edital.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 101 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 97 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DETALHAMENTO DOS ITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA

11.1. O Termo de Referência é composto de **112 (CENTO E DOZE) ITENS**.

11.2. Detalhes dos Itens deste Termo de Referência são apresentados em tabela específica em separado.

11.3. Havendo divergência nas especificações com o Código CATMAT/CATSER, prevalece o descritivo deste Termo de Referência.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial da nota de empenho/contrato o HUSM-UFSM poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa:

a) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

b) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EBSEH, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.1.1. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual.

12.2. Em caso de atraso injustificado na execução da nota de empenho/contrato, o contratado está sujeito a multa de mora, nos seguintes termos:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.2.1. A multa a que alude este item não impede que a EBSE RH rescinda eventual contrato firmado e aplique outras sanções previstas nesta Lei.

12.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado caso tenha esse sido firmado.

12.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EBSE RH ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.5. Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

12.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao HUSM-UFSM, observado o princípio da proporcionalidade.

12.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada, acusando o recebimento, por parte do responsável pela unidade solicitante no HUSM-UFSM. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias a partir da data de sua entrega no HUSM-UFSM, desde que não haja impedimento legal.

15.1.1 As Notas Fiscais/Faturas devem ser entregues junto à mercadoria no Setor de Recepção de Materiais da HUSM-UFSM ou, quando locação ou prestação de serviços, enviadas para o e-mail nfe.husm@ebserh.gov.br.

15.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a empresa fornecedora providencie as medidas saneadoras, nesta hipótese o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o HUSM-UFSM.

15.3. Nenhum pagamento será realizado sem que antes seja procedida prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF para comprovação de regularidade.

15.4 O pagamento será atualizado monetariamente pela variação INPC/IBGE, ocorrida no período, a partir da data do prazo final do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento.

16. DO REAJUSTE

16.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços, de que trata o presente Edital, ressalvado o previsto no item 6 da Ata de Registro de Preços Anexa.

ANEXO V: REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO PACIENTE (SSP) PARA ATUAÇÃO DE TERCEIRIZADOS OU CONTRATADOS.

1 - REQUISITOS DE SEGURANÇA E SAÚDE DO PACIENTE (SSP) PARA ATUAÇÃO DE TERCEIRIZADOS OU CONTRATADOS:

- 1.1. Identificar-se ao acessar o ambiente hospitalar e as diferentes áreas do hospital;
- 1.2. Portar crachá de identificação;
- 1.3. Transportar os materiais de trabalho bem acondicionados, fixos e organizados em carros funcionais;
- 1.4. Comunicar responsáveis pelo setor onde será realizado o trabalho e solicitar permissão para acessar áreas restritas;
- 1.5. Higienizar as mãos (ao acessar o ambiente, antes de sair do local de execução do trabalho e antes de sair do hospital);
- 1.6. Iniciar o serviço com brevidade e executá-lo com agilidade e segurança, para não interferir no atendimento ao paciente;
- 1.7. Utilizar meios para isolar a área de trabalho, conforme o serviço a ser executado: avisos, faixas, cordões de isolamento, telas, tapumes, cortinas vedantes para obras que geram poeira, e garantir a segurança na fixação de tapumes e andaimes;
- 1.8. Não interromper fluxo de passagem e transporte de pacientes;
- 1.9. Não interromper fornecimento de energia elétrica ou desligar/desconectar equipamentos sem consentimento da equipe do setor;
- 1.10. Zelar pelo silêncio, reduzindo ruídos ao mínimo possível;
- 1.11. Manter discrição e sigilo com relação aos pacientes e procedimentos;
- 1.12. Não fotografar o ambiente, pacientes e demais membros da comunidade hospitalar (se necessário ao trabalho, solicitar permissão da assessoria de comunicação);
- 1.13. Segregar e destinar os resíduos da obra/trabalho com responsabilidade, conforme NR-25;
- 1.14. Não desperdiçar produtos, insumos e energias (água, luz, papel);

Para os trabalhos com corte e geração de poeira, esses devem ser realizados fora do hospital e só após retornarem para o hospital, evitando ruídos e poeiras nas unidades.

2 REQUISITOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

2.1 A EBSEH-HUSM estabelece, nesta especificação técnica, as exigências mínimas de SOST/SSP/CMA (Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho/Saúde e Segurança do Paciente/Comissão de Meio Ambiente) para empresa LICITADA, que vier a exercer atividades objeto desta licitação.

2.2 Caberá à LICITADA total responsabilidade no cumprimento dos Requisitos de SOST/SSP/CMA do HUSM-EBSEH, dos procedimentos a seguir estabelecidos, bem como os demais previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, Decreto-Lei n.º 5.452 de 01 de maio de 1943, nas Seções III, IV, e V; das Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria Nº 3214, de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho e Emprego, hoje ENIT – Escola Nacional de Inspeção do Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério da Economia, Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 da ANVISA, bem como as NBR's citadas no termo de referência, pertinente ao objeto da licitação é obrigação exigida as LICITADAS, estendendo-se esta responsabilidade às suas subcontratadas, conforme

seguem abaixo:

2.3 A LICITADA deverá enviar uma declaração juntamente com a proposta técnica, se responsabilizando naquilo que se aplicar à atividade, declarando que irá cumprir rigorosamente os preceitos Legais e considerados nesta especificação técnica.

2.4 A LICITADA deve apresentar e manter a disposição dos órgãos de fiscalização e da licitante os seguintes documentos, sendo alguns em formulário padrão do USMEBSEH:

2.4.1 Termo de Aceite das exigências (conforme ANEXO I);

2.4.2 Ficha de registro de todos os empregados envolvidos no contrato;

2.4.3 Ordens de Serviço e autorização dos empregados envolvidos no contrato, em atendimento a NR-1 – Disposições Gerais;

2.4.4 Certificados de capacitação e habilitação para os empregados e responsáveis técnicos (Engenheiros e técnicos com ART do CREA, certificados de formação, qualificação, capacitação para função, autorização, etc.);

2.4.5 Certificado de MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) para os motoristas dos caminhões de coleta de resíduos e indicação de atividade remunerada;

2.4.6 ASO – Atestados de saúde ocupacional de todos os empregados indicados no contrato. Para os empregados que realizarem trabalhos de risco tais como: **espaço confinado, trabalho em altura ou transporte de cargas com uso de máquinas e equipamentos**, deve constar no ASO essa autorização;

2.4.7 Dimensionar para o HUSM o SESMT, de acordo com o número de empregados e grau de risco das atividades, em atendimento a NR-4 – Serviço Especializado em Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho;

2.4.8 Instituir no HUSM a CIPA, ou profissional designado, em atendimento a NR-5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho;

2.4.9 Apresentar e manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho os certificados de treinamento e ficha de entrega EPI dos empregados, (contendo EPIs específicos para a função descritos no PPRA, para todos os empregados envolvidos no contrato) em atendimento a NR-6 – Equipamento de Proteção Individual;

2.4.10 Apresentar e manter atualizado e a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho o PCMSO, em atendimento a NR-7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional;

2.4.11 Apresentar e manter atualizado e a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho o PPRA, em atendimento a NR-9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;

2.4.12 Implementar no HUSM as recomendações da NR-10, mantendo a disposição dos seus empregados e órgãos de fiscalização os procedimentos para trabalho com eletricidade, equipamentos de proteção individual e coletivos para trabalhos com eletricidade e com testes dielétricos em dia, bem como os demais itens da norma;

2.4.13 Apresentar e manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho os certificados de NR-10 Básico (40 horas) e suas reciclagens, para todos os empregados envolvidos nos serviços com eletricidade ou em suas proximidades, em atendimento a NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

2.4.14 Certificado de operador de equipamentos para transporte, movimentação, (para os empregados operadores destes equipamentos), em atendimento a NR-11 – Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;

2.4.15 Apresentar e manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho, os certificados de treinamento da NR-12 para os empregados que utilizam máquinas e equipamentos, em atendimento a NR-12 – Máquinas e Equipamentos (O treinamento deve ser referente a máquina e equipamento que o empregado estará autorizado a utilizar);

2.4.16 Elaborar e implementar o Laudo de Atividade e Operações Insalubres em atendimento a NR-15 – Atividades e Operações Insalubres;

2.4.17 Elaborar e implementar o Laudo de Atividade e Operações Perigosas em atendimento a NR-16 – Atividades e Operações Perigosas;

2.4.18 Elaborar e implementar o Laudo Ergonômico e um Programa de Ergonomia para os seus empregados no HUSM, em atendimento a NR-17 – Ergonomia;

2.4.19 Atender na íntegra o que determina a NR-18 e seus anexos, em atendimento a NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, em especial:

Item da Norma: 18.3 Responsabilidades;

Item da Norma: 18.4 Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);

Item da Norma: 18.5 Áreas de vivência;

Item da Norma: 18.6 Instalações elétricas;

Item da Norma: 18.7 Etapas de obra;

Item da Norma: 18.8 Escadas, rampas e passarelas;

Item da Norma: 18.9 Medidas de proteção contra quedas de altura;

Item da Norma: 18.10 Máquinas, equipamentos e ferramentas;

Item da Norma: 18.11 Movimentação e transporte de materiais e pessoas (elevadores);

Item da Norma: 18.12 Andaimos e plataformas de trabalho;

Item da Norma: 18.13 Sinalização de segurança;

Item da Norma: 18.14 Capacitação;

Item da Norma: 18.16 Disposições gerais;

Item da Norma: 18.17 Disposições transitórias;

Anexo da Norma: ANEXO I – Capacitação: carga horária, periodicidade e conteúdo programático;

Anexo da Norma: ANEXO II – Cabos de aço e de fibra sintética.

2.4.20 Manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho os certificados de treinamentos para todos os empregados de prevenção contra incêndio, em atendimento a NR 23 - Proteção contra incêndio;

2.4.21 Atender ao que pede a NR-24 quanto a condições de conforto e sanitária para seus empregados em atendimento a NR-24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;

2.4.22 Destinar adequadamente os resíduos provenientes de sua operação em atendimento a NR-25 – Resíduos Industriais;

2.4.23 Elaborar e implementar o manual de sinalização para delimitar e demarcar as áreas de serviço e da obra, em atendimento a NR-26 – Sinalização de Segurança;

2.4.24 Manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho os certificados de treinamento de NR-33, em atendimento a NR-33 – Espaço Confinado;

2.4.25 Manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho os certificados de NR-35 Trabalho em Altura (certificado de treinamento de trabalho em altura dos empregados que trabalharem acima de 02 (dois) metros de altura e/ou com risco de queda).

OBS: Sempre que novos empregados forem inseridos ou substituídos, a LICITADA deve enviar ao SOST a documentação constante neste, tais como: item ficha de registro, o ASO, a ficha de entrega de EPI e os certificados de treinamentos, e demais documentos exigidos.

2.5 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA – EPC

2.5.1 O HUMS **NÃO** possui **Pontos de Ancoragem** para trabalhos em telhados e em fachadas conforme exige a NR-35 – Trabalho em Altura. Para isso, a empresa LICITADA deve fazer a **instalação e certificação** dos pontos de ancoragem para trabalho em altura, em atendimento ao Anexo II da NR-35, garantindo a segurança dos seus empregados quando dos trabalhos em telhados e/ou na fachada do hospital;

2.5.2 Os **Pontos de Ancoragem** devem ser **Certificados por Profissional Legalmente Habilitado**, em atendimento as Normas Regulamentadoras e NBRs para pontos de ancoragem;

2.5.3 Os equipamentos de proteção coletiva devem ser padrão EBSERH-HUSM-UFSM e quando não, devem passar por avaliação da SOST.

2.5.4 Cones de sinalização de no mínimo 0,75cm ou pilastras nas cores laranja e listas brancas, fitas zebradas de sinalização com recolhedor, cerquites para limitação e demarcação de área, placas de sinalização de área de riscos.

2.5.5 Quando necessário isolar a área de trabalho ou áreas de vivências as sinalizações devem ser fornecidas pela empresa LICITADA;

2.5.6 A LICITADA de fornecer e instalar placas de sinalização não ligar homens trabalhando e cadeados de bloqueio em disjuntores, painéis elétricos e equipamentos a serem mantencionados, em atendimento a NR-10, 12 e 18;

2.5.7 Outros equipamentos de proteção coletiva podem ser necessários por avaliação

da própria empresa e/ou SOST-EBSERH, devendo a LICITADA providenciar

imediatamente sem ônus a LICITANTE.

2.6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – NR-6

2.6.1 Conforme estabelece a Portaria N° 3.214 do MTE, toda empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

2.6.1.1 Sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não fornecer completa proteção contra os riscos de acidentes e/ou doenças profissionais e do trabalho.

2.6.1.2 Enquanto as medidas de proteção coletivas estiverem sendo implementadas.

2.6.1.3 Para atender situações de emergência.

2.6.2 As vestimentas, capacete, óculos de segurança, luvas e calçado de segurança são de uso obrigatório em todas as atividades.

2.6.3 Todo o EPI necessário para a execução das atividades deverá estar em perfeita condição de uso e conservação, bem como apresentar, de forma indelével, o número do CA (Certificado de Aprovação) emitido pela Secretaria da Segurança e Saúde no Trabalho do MTE.

Nota 1: Não é permitido o compartilhamento de Equipamentos de Proteção Individuais.

Nota 2: Deverá ser realizada avaliação dos produtos químicos e definidos os EPI's necessários para utilização e manuseio, tais como: aventais, macacões, máscaras respiratórias com filtro específicos, óculos de segurança, calçados adequados, etc.

Nota 3: Os equipamentos de proteção individual deverão ser listados e apresentados para avaliação da SOST.

2.6.4 A LICITADA tem obrigação de:

- a) adquirir o tipo adequado de EPI à atividade que será desenvolvida pelos empregados;
- b) fornecer ao empregado somente EPI aprovado pelo MTE;
- c) orientar e treinar o empregado sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- d) tornar obrigatório o seu uso;
- e) substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica;
- g) comunicar ao MTE, qualquer irregularidade observada no EPI;
- h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

2.6.4.1 Os EPIs básicos, mas não exclusivos as atividades da LICITADA, são:

- a) Capacete com jugular, proteção da cabeça contra a projeção e/ou queda de objetos, contato com partes energizadas, classe B;
- b) Botina de segurança com certificado de aprovação para trabalhos com eletricidade, óleos e produtos químicos padrão EBSERH-HUSM-UFSM, com biqueira de composite e palmilha anti-perfurante;

2.6.4.2 Óculos de proteção - proteção dos olhos contra a projeção de objetos e partículas sólidas, calor, intensidade luminosa, radiação.

2.6.4.3 Luvas proteção das mãos contra materiais abrasivos, cortantes, produtos químicos, radioativos, calor e eletricidade.

Nota 1: As luvas utilizadas para as diferentes atividades devem ser autorizadas pela SOST da EBSEH-HUSM-UFSM.

Nota 2: As luvas e materiais isolantes para trabalhos com eletricidade devem estar com teste de validade e teste dielétrico em dia.

2.6.4.4 Proteção contra quedas – Padrão EBSEH-HUSM-UFSM

2.4.6.4.1 Cinto paraquedista, corda de linha de vida e de salva-vida e trava-quedas e/ou outro dispositivo para escalada em altura. Proteção contra quedas em trabalhos acima de 2,0 metros de altura.

2.6.4.4.2 Para trabalhos acima de 2,0m devem ser instalados provisoriamente pontos de ancoragem conforme NR-35.

NOTA: Não serão aceitos equipamentos de segurança para trabalho em altura onde seus componentes não tenham CA's conjugados.

2.6.4.5 Vestimentas (Uniforme)

2.6.4.5.1 Para atividades de projetos a empresa deve fornecer uniformes compatíveis com a atividade a ser desenvolvida, sendo que os mesmos devem proteger os membros superiores e inferiores dos seus empregados, contra projeções de produtos químicos (macacões impermeáveis), partículas sólidas ou líquidas e que atendam as condições climáticas.

2.6.4.5.2 Para atividades no SEP (Sistema Elétrico de Potência) ou em suas proximidades devem ser adotadas vestimentas adequadas e resistentes ao pico máximo de curto da SE com material retardante a chamas conforme ATPV e classificação de risco, mínimo 2.

2.6.4.5.3 Todas as vestimentas devem proteger os membros inferiores e superiores, sendo proibido o uso de bermudas, calções, ou similares, regatas, camisas ou camisetas sem mangas, ou similares.

2.7 - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – NR-7

2.7.1 A LICITADA deve entregar o PCMSO com prazo de validade atualizado que deverá ser assinado por um médico do trabalho em conformidade com os riscos levantados no PPRA.

2.7.2 Caso a validade expire antes do término das atividades a LICITADA, deverá ser fornecido novo PCMSO válido.

2.7.3 Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados que realizarão serviço devem constar todos os exames determinados no PCMSO da empresa e devem estar dentro do prazo de validade, para os casos específicos tais como: trabalho em altura, espaço confinado e movimentação de materiais e pessoas com máquinas ou equipamentos devem constar a autorização para a atividade (ex: para trabalhos acima de 2,00 metros, deve constar no ASO a autorização “apto para trabalho em altura”).

2.8 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA) – NR-9

2.8.1 A LICITADA deve entregar o PPRA com prazo de validade em dia e atualizado;

2.8.2 Caso a validade expire antes do término das atividades ou durante o período de vigência da licitação, a LICITADA deverá apresentar novo PPRA válido.

2.9 - PERMISSÕES DE TRABALHO - Antes do início de cada atividade uma ordem de serviço deve ser expedida pela área demandante, deve ser preenchida a AR (Análise de Riscos) ou documento equivalente, que atenda no mínimo o modelo da LICITANTE, e de acordo com o tipo de serviço, deve ser elaborada a Permissão Especial de Trabalho:

- PTRE/APR Geral (elaborada para todos os serviços), anexo IV;
- PET (Permissão de Entrada em Trabalho) trabalho em espaço confinado;
- PTRE – Permissão para trabalhos especiais, içamento de materiais (NR-18), trabalho a quente, trabalho em altura, trabalhos com eletricidade, etc, conforme anexos a esta especificação técnica.
- COB – Comunicado de Obras.
- Ou documento equivalente.

2.10 - FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO - O atendimento aos requisitos legais e de segurança, serão inspecionados antes do início dos trabalhos e fiscalizados periodicamente durante a vigência da licitação. Não conformidades identificadas nos itens desta especificação e demais requisitos de segurança e legais serão passíveis de embargo da atividade pela LICITANTE, bem como multas por descumprimento de itens de contrato.

2.11 - ACESSO DE EMPREGADOS DE EMPRESAS TERCEIRIZADAS À SERVIÇO DA EBSEH-HUSM-UFMS - Todos os serviços executados por empresas terceirizadas nas dependências da EBSEH-HUSM-UFMS deverão ter um acompanhamento de um profissional da EBSEH-HUSM-UFMS para supervisionar o início do serviço.

2.12 - ACIDENTES/SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA –

2.12.1 Em caso de acidentes com contratados, pacientes, funcionários da EBSEH ou de qualquer outra natureza, o fato deverá ser comunicado imediatamente ao Fiscal, Gestor do Contrato e ao SESMT (SOST) da LICITANTE;

2.12.2 Manter a disposição dos órgãos de fiscalização e no local de trabalho, os documentos decorrentes das investigações e análises do acidente, bem como a estatística/indicadores de acidente do trabalho onde conste o número de acidentes, as horas homens trabalhadas e as taxas de gravidade e frequência, mensal e acumulado do ano, em atendimento aos quadros da NR-4;

2.12.3 Informar a LICITANTE o plano de resposta à emergência e fluxo de atendimento em casos de acidente do trabalho com seus empregados.

2.13 - AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

2.13.1 A documentação deverá ser enviada para a unidade demandante, por meios físicos (papel) e em cópia eletrônica em CD ou DVD em igual teor aos documentos impressos. Este enviará para a SOST para análise com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento. Caso haja inconsistência dos documentos e/ou incompleta, a SOST estará reportando a área demandante que deverá providenciar a adequação e enviar novamente para análise que terá como prazo de avaliação 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento do novo documento.

2.13.2 Após avaliação e aprovação de toda a documentação recebida, e empresa vencedora da licitação deve encaminhar seus empregados para integração de segurança com agendamento prévio mínimo de 10 (dez) dias úteis. Na integração a empresa vencedora deve apresentar-se com a equipe completa além dos EPIs, EPCs, ferramentas e veículos para a realização de check list.

2.14 - TRANSPORTE E DESLOCAMENTO DE PESSOAL E MATERIAIS

2.14.1 O transporte de pessoal deverá ser em veículo apropriado, respeitando a limitação do mesmo. Fica expressamente proibido o transporte de pessoal na carroceria de caminhões, camionetes, máquinas em geral, etc.

2.14.2 O condutor deve possuir habilitação adequada à operação de cada veículo conforme legislação de trânsito brasileira.

2.14.3 Os veículos devem possuir cinto de segurança três pontos para todos os ocupantes do veículo.

2.14.4 Os veículos tipo pick-up, caminhoneta ou caminhão devem possuir aviso sonoro de ré.

2.14.5 É proibido transportar ferramentas e materiais junto aos ocupantes do veículo, esses devem possuir compartimentos adequados evitando a projeção em caso de sinistros.

2.14.6 A empresa fica responsável pela sinalização e isolamento da área de descarregamento de acordo com a ABNT NBR 9735:2014.

2.15 - INTEGRAÇÃO DE SEGURANÇA

2.15.1 Todos os empregados deverão passar por integração de segurança antes do início das atividades, abordará pelo menos os seguintes assuntos:

- Medidas de segurança da EBSEH-HUSM-UFSM;
- NR-6 Medidas de controle e uso dos EPIs e EPCs;
- PTRE/APR – Análise Preliminar de Riscos;
- Permissão de Entrada em Trabalho;
- Inspeção de Segurança;
- Chek List;
- (PAE) Plano de Atendimento a Emergências da EBSEH-HUSM-UFSM;
- Comunicação de acidentes e incidentes;
- Instrução de trabalho específico (NR-10, NR-11, NR-12, NR-20, NR-32, NR-33 e NR-35).

2.15.2 A integração terá validade somente para os empregados que receberam o treinamento, devendo ser refeita sempre que estes empregados ficarem mais de 03 meses sem prestar serviços para a EBSEH-HUSM-UFSM.

2.15.3 A integração obedecerá ao conteúdo que consta no Procedimento Operacional Padrão para Gestão de Contratadas.

2.16 - ATIVIDADES DE IÇAMENTO DE CARGAS:

2.16.1 Todo o equipamento utilizado para içar materiais ou pessoas devem atender as especificações das NR-11, NR-12, NR-18 e NR-35;

2.16.2 Somente pessoas qualificadas, capacitadas e certificadas podem operar equipamentos de elevação;

2.16.3 Um plano de içamento deve ser elaborado e aprovado pelo responsável da atividade e a SOST antes do início da movimentação;

2.16.4 Os equipamentos e acessórios utilizados nas atividades de movimentação de materiais devem estar em perfeito estado de conservação e passar por check list antes da movimentação, conforme os formulários da EBSEH-HUSM;

2.16.5 A empresa deve possuir um “Programa de Manutenção Preventiva” conforme recomendação do locador, importador ou fabricante e registrar essas manutenções junto ao livro de inspeção do equipamento.

2.17 - TRABALHO A QUENTE

2.17.1 As operações de soldagem e corte a quente somente podem ser realizadas por trabalhadores qualificados;

2.17.2 Todo o trabalho considerado trabalho a quente, como cortes, soldas, etc, devem ter uma PTRE/APR, conforme documento anexo deste documento;

2.17.3 Esta PTRE deverá ficar exposta no local de trabalho até o seu término, devendo ser entregue ao seu chefe no final do trabalho.

2.17.4 A área será considerada como segura somente após 30 minutos depois de concluído o serviço.

2.18 - TRABALHO COM ELETRICIDADE

2.18.1 Orientações Gerais: O Responsável Técnico (engenheiro eletricitista) é responsável por definir os conhecimentos necessários para os empregados que executam serviços em eletricidade serem considerados qualificados. Os conhecimentos mínimos são:

2.18.1.1 Realizado mediante ordem de serviço específica (OS) para data e local, assinada pelo superior imediato.

2.18.1.2 Responsável pela área.

2.18.1.3 Reconhecimento de níveis de voltagem de componentes energizados expostos.

2.18.1.4 Conhecimentos e métodos para manter as distâncias de segurança (zona de risco, zona controlada, zona livre) para os níveis de tensão no local de trabalho (conforme requisitos da NR-10).

2.18.1.5 Reconhecimento de todos os riscos elétricos envolvendo o trabalho com equipamentos de alta tensão ou em sua proximidade.

2.18.1.6 Conhecimentos e habilidades para executar trabalhos em instalações energizadas, ou em sua proximidade para tensão acima de 50 volts.

2.18.1.7 Procedimentos de emergência incluindo, mas não se limitando a, primeiros socorros, ressuscitação cardiopulmonar (RCP), resgate em áreas classificadas ou em altura.

2.18.1.8 Uso adequado de técnicas de prevenção e medidas de controle, incluindo os equipamentos de proteção individual (EPI) conforme NR-6, equipamentos de proteção coletiva (EPC), materiais isolantes e ferramentas isoladas para trabalhar em componentes energizados de equipamentos elétricos ou em sua proximidade.

2.18.1.9 Além dos conhecimentos mínimos, o treinamento de segurança em eletricidade deve seguir os seguintes Princípios Básicos:

2.18.1.10 Prioritariamente, os trabalhos devem ser executados em circuitos desenergizados. O processo de desenergização deve atender os preceitos da Norma Regulamentadora NR-10.

2.18.1.11 Todos os empregados que trabalham em ambientes com exposição a risco elétrico devem ser qualificados e autorizados formalmente conforme determina esse procedimento e a Norma Regulamentadora NR-10.

2.18.1.12 Os serviços realizados no SEP ou em alta tensão (acima de 1000V) não podem ser realizados individualmente.

2.18.1.13 Um empregado qualificado deve conhecer a tensão máxima da área onde for trabalhar.

2.18.1.14 Um empregado qualificado deve conhecer as distâncias de segurança para as diferentes tensões, sabendo que qualquer equipamento ou ferramenta deve ser considerado extensão do corpo.

2.18.1.15 O empregado qualificado deve ter conhecimento sobre os equipamentos de proteção aplicáveis às suas atividades.

2.18.1.16 O responsável técnico deve garantir que os empregados somente interajam em instalações e serviços com eletricidades se devidamente treinados. Os treinamentos obrigatórios a todos os empregados que realizam serviço no SEP ou em sua proximidade são:

2.18.1.16.1 Eletricidade básica (Carga horária mínima de 24 horas).

2.18.1.16.2 Curso de formação de eletricitista, predial, industrial ou de redes de transmissão e distribuição. (Conforme instituição de ensino).

2.18.1.16.3 Curso Básico de NR-10 – Segurança em instalações e serviços com eletricidade (Carga Horária 40 horas).

2.18.1.16.4 Curso Complementar de NR-10 – Segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades (Carga Horária 40 horas).

Nota 1: Os treinamentos referentes à NR-10 e suas reciclagens devem ser realizados a cada dois anos.

2.19 - TRABALHO EM ESPAÇO CONFINADO

2.19.1 Todo o trabalho em galeria, duto, poço ou passagem, considerado trabalho em espaço confinado, devem ter uma Permissão de Entrada em Trabalho conforme modelo anexo deste documento, e uma PTRE/APR deve ser elaborada antes do início da atividade.

2.19.2 A LICITADA deve manter a disposição e calibrados equipamentos para medição e monitoramento da atmosfera em espaço confinado, a fim de verificar as condições do local;

2.19.3 É vedada a realização de qualquer trabalho em espaços confinados de forma individual ou isolada;

2.19.4 Uma equipe treinada e equipada deve estar presente para atuar em caso de sinistro e um plano de resposta a emergências deve ser elaborado;

2.19.5 A equipe deve atender a todas as recomendações da NR-33 para trabalhos em espaço confinado, e deve fornecer aos seus empregados e sem ônus a LICITANTE os equipamentos para monitoramento e resgate em espaço confinado.

2.20 – TRABALHO EM ALTURA

2.20.1 Para todos os trabalhos acima de 2,00 metros de altura, considerados trabalho em altura ou com riscos de queda em sua proximidade é obrigatório adoção de medidas de controle contra queda e deve ser precedido de uma PTRAPR/APR;

2.20.2 As ações de segurança devem seguir as recomendações das NR's 12, 18 e 35 e seus anexos;

2.20.3 Para trabalho em telhados e coberturas devem ser utilizados dispositivos dimensionados por profissional legalmente habilitado e que permitam a movimentação segura dos trabalhadores;

2.20.3 É proibida a realização de trabalho ou atividades em telhados ou coberturas em caso de ocorrência de chuvas, ventos fortes ou superfícies escorregadias;

2.20.4 Uma equipe treinada e equipada deve estar presente para atuar em caso de sinistro e um plano de resposta a emergências deve ser elaborado.

2.21 - PTRE - PERMISSÃO PARA TRABALHO COM RISCOS ESPECIAIS E APR - ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS

2.21.1 As atividades devem ser precedidas de uma PTRE/APR ou documento similar, onde serão identificados os riscos e as medidas de controle da mesma, devendo todo o pessoal envolvido participar dessa elaboração e assinar o documento, para só após iniciar a atividade, conforme modelo do anexo deste documento;

2.21.2 Se durante a elaboração da PTRE/APR for identificado trabalho em altura, espaço confinado ou trabalho a quente, uma permissão especial deve ser preenchida conforme modelos deste documento;

2.21.3 Para trabalhos acima de 2,00 metros devem ser instalados provisoriamente pontos de ancoragem ou disponibilizar equipamentos para trabalho em altura de acordo com as normas NRs 35, 18 e 12.

2.22 - ATIVIDADES PROGRAMADAS (OBRAS CIVIS)

2.22.1 As atividades planejadas de construção, reforma, ampliação, reparo, e demolição nas unidades e serviços de apoio do HUSM, devem ser precedidas de uma COB, onde indicará as etapas da obra, medidas de controle e autorizações, mantendo assim uma sinergia entre as áreas demandantes, serviço de manutenção

e equipes de fiscalização, devendo o documento estar a disposição das equipes no local de trabalho, conforme Anexo V - Comunicação de Obras.

2.23 - TRABALHOS NÃO PREVISTOS

2.19.1 Sempre que novas atividades forem incorporadas ao processo e não estiverem previstas nesse termo de referência, a LICITADA tem a obrigação de avaliar e adotar as medidas de controles cabíveis, sem ônus para a Licitante;

2.19.2 Essas novas atividades devem ser informadas à LICITANTE para avaliação e validação das medidas de controle propostas pela LICITADA.

2.23 - ANEXOS

ANEXO 1 - TERMO DE ACEITAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS

ANEXO 2 – ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS - APR

ANEXO 3 – TRABALHO EM ALTURA

ANEXO 4 – TRABALHO COM ELETRICIDADE

ANEXO 5 – MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E PESSOAS

ANEXO 6 – TRABALHO A QUENTE

ANEXO 7 – ABERTURA DE EQUIPAMENTO LINHA

ANEXO 8 – COMUNICAÇÃO DE OBRA (COB)

ANEXO 9 – ESPAÇO CONFINADO

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA – FACULTATIVA

Eu, _____ (Responsável pelo setor demandante do HUSM),
_____ (cargo no HUSM), **DECLARO**, para os devidos fins, que a
empresa _____ (Nome da empresa) realizou visita técnica ao local onde será
executado(a) o(a) **SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA COMO DEMOLIÇÃO, CONSERTO,
INSTALAÇÃO, ADAPTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE REFERENTES A SERVIÇOS
DE ENGENHARIA CIVIL NO AMBIENTE HOSPITALAR INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E
MATERIAIS**, do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria, objeto do **Edital do
Pregão nº 108/2020**.

Eu, _____ (Representante legal da empresa devidamente qualificado),
na condição de **REPRESENTANTE DA EMPRESA** _____ (Nome da
Empresa), **DECLARO**, para os devidos fins, que visitei o local onde será executado(a) o(a) **SERVIÇOS
COMUNS DE ENGENHARIA COMO DEMOLIÇÃO, CONSERTO, INSTALAÇÃO, ADAPTAÇÃO,
MANUTENÇÃO E TRANSPORTE REFERENTES A SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL NO
AMBIENTE HOSPITALAR INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS**, do Hospital Universitário
da Universidade Federal de Santa Maria, objeto do **Edital do Pregão nº 108/2020** tendo tomado
conhecimento de todas as peculiaridades e características do local, inclusive, das possíveis dificuldades que
possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

<p>NOME do RESPONSÁVEL PELO SETOR DEMANDANTE DO HUSM</p> <p>CPF nº:</p> <p>RG nº:</p> <p>(assinatura e carimbo)</p>	<p>NOME do RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL</p> <p>CPF nº:</p> <p>RG nº:</p> <p>(assinatura e carimbo)</p>
---	--

ANEXO VII: MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

OBRIGATÓRIA SE NÃO REALIZAR A VISITA

Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, **DECLARO**, para os devidos fins, que **NÃO** visitei o local onde será executado(a) o(a) **SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA COMO DEMOLIÇÃO, CONSERTO, INSTALAÇÃO, ADAPTAÇÃO, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE REFERENTES A SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL NO AMBIENTE HOSPITALAR INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS**, do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria, por opção própria, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no **Edital do Pregão nº 108/2020 e seus Anexos**, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude da omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº:

RG nº:

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

